



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

LEI N. 5.694, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021.

ALTERA, na forma que especifica, a Lei n. 2.271, de 10 de janeiro de 1994, que “DISPÕE sobre o regime peculiar dos funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas - ESTATUTO DO POLICIAL CIVIL - e dá outras providências.”, e revoga o artigo 3º da Lei n. 2.634, de 09 de janeiro de 2001.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º A Lei n. 2.271, de 10 de janeiro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – alteração do inciso VI do § 2º do artigo 13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

§ 2º

VI – prova prática de digitação, que poderá ser aplicada tanto para o cargo de Escrivão quanto para o de Investigador de Polícia, a critério da Administração Pública, e terá caráter eliminatório, com as regras contidas em edital para o devido concurso público.”

II – alteração do § 1º e § 2º e inclusão do § 3º, do artigo 18, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.18.

§ 1º *A critério da Administração Pública, poderão ser chamados para o curso de formação técnico-profissional, candidatos aprovados na primeira etapa do concurso em quantidade superior ao número de vagas do concurso público, cuja nomeação estará sujeita à disponibilidade orçamentária.*

§ 2º *Durante o período de duração do curso de formação técnico-profissional, serão pagos mensalmente aos candidatos regularmente matriculados, a título Bolsa de Estudos, o valor de 02 (dois) salários-mínimos vigentes, ressalvado o direito de optar pela percepção do vencimento e das vantagens do cargo efetivo, em caso de servidor da Administração Pública Estadual.*

§ 3º *O candidato que não atender ao prazo previsto no caput deste artigo será eliminado do concurso público.” (NR)*



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

III – alteração do *caput*, do § 1º, § 2º e § 3º do artigo 28, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. O exercício das atribuições dos funcionários integrantes da carreira policial far-se-á em todo o território do Estado e, obrigatoriamente, nas classes iniciais, ocorrerá para o interior do Estado do Amazonas.

§ 1º A escolha de lotação inicial dos funcionários integrantes da carreira policial, obedecerá a ordem de classificação no concurso público, observada a divisão dos municípios em regiões, bem como com distribuição das vagas nos termos do edital.

§ 2º A permanência do funcionário, em sua lotação inicial, dar-se-á, no mínimo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, só podendo ser removido estritamente dentre os municípios da região de sua lotação inicial, observado o disposto nos artigos 150 e 151 desta Lei.

§ 3º Os concursos de remoção internos serão regulamentados por ato do Delegado-Geral de Polícia Civil.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Poder Executivo para a Polícia Civil.

Art. 3º Ficam revogados o artigo 198 da Lei n. 2.271, de 10 de janeiro de 1994, o artigo 3º da Lei n. 2.634, de 09 de janeiro de 2001, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.